

ELZA BERQUÓ, CEM ANOS DE PRESENÇA COM ALMA E CORAGEM: LEMBRANÇA PESSOAL

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300202500030001>

SANDRA GARCIA*

[*] Pesquisadora sênior e coordenadora do Núcleo de População e Sociedade do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), São Paulo, SP. E-mail: sandragarciasp@gmail.com

A primeira vez que encontrei Elza Berquó foi em uma reunião da Fundação Carlos Chagas (FCC), onde eu havia acabado de ser contratada como assistente de pesquisa do Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe (Prodir). Era o início dos anos 1990, e eu voltava ao Brasil ainda impactada pelos debates e inquietações que vivera no mestrado em Estudos de Gênero e Desenvolvimento no Institute of Development Studies (IDS), em Sussex. Elza fazia parte do conselho consultivo do programa. Para mim, naquele momento, ela não era apenas uma referência intelectual, mas também uma presença política instigante. Ali se fazia presente uma autoridade que não se impunha por títulos, porém pela densidade do pensamento e pela elegância da linguagem. Algo em sua presença mobilizava – não no sentido de afastar, mas de convocar. Comecei a entender, naquele convívio breve, mas marcante, que ela não era uma intelectual de gabinete. Ela se movia entre instituições, conselhos, comitês, movimentos sociais, com a naturalidade de quem tinha plena consciência de que produzir conhecimento era – ou deveria ser – um ato de responsabilidade pública.

Elza Berquó não é uma acadêmica comum. Seu rigor vinha da matemática, da estatística, da bioestatística, porém seu incômodo vinha do mundo. Não por acaso tornou-se uma das fundadoras da demografia no Brasil. Por acreditar que ciência e política não se excluem, mas se atravessam, foi aposentada à força em 1968 pelo AI-5. Ela inaugurou o ensino formal da demografia no Brasil. Foi pioneira na análise da fecundidade e dos comportamentos reprodutivos das mulheres. Ainda nos anos 1960, percebeu a queda da fecundidade nas grandes cidades – muito antes de o Estado se dar conta. E foi além: traduziu esse fenômeno em incidência política, em alertas, em dados, em perguntas às quais obrigavam o país a se olhar com menos ideias pré-concebidas e mais realismo.

Elza nunca ficava satisfeita em apenas constatar: ela queria intervir. Queria saber por que as mulheres pararam de ter filhos, sim, mas também queria saber como vivia a população negra, o que os jovens diziam sobre o próprio corpo, como a sexualidade se fazia presente no não dito, por meio de narrativas fragmentadas, gestos e silêncios socialmente significativos. Elza é, de fato, uma cientista do inusitado – como se se recusasse a ser engessada pela obviedade dos objetos esperados. Enquanto outros seguiam os temas autorizados, ela abria uma trilha nova – às vezes, só uma fresta, como dizia, mas o pensamento passava por ali e ia longe.

Elza não acredita na ilusão da neutralidade. Sabe que a linguagem dos números, por mais precisa que fosse, podia se transformar em instrumento de opressão quando desconectada da realidade social. Mas nem por isso abriu mão da integridade dos dados e de sua interpretação.

Sua demografia não é abstrata – é povoada de corpos reais, de silêncios históricos, de ausências que machucam. “Quem conta os invisíveis?”, parecia perguntar a cada nova pesquisa. Desse modo engajou-se frontalmente na luta para que o quesito cor voltasse a figurar nos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), após sua exclusão durante a ditadura militar. Sabia o que estava em jogo: sem dados, não há diagnóstico. Sem diagnóstico, não há política. Sem política, o racismo prospera com a cumplicidade do silêncio estatístico. Não por acaso, diz que “os dados precisam ter cor” – não apenas no sentido literal, mas também no ético.

Participou ativamente da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), levando às instâncias estatais discussões que vinham dos movimentos sociais e da militância feminista. Esteve presente nas grandes conferências internacionais do Cairo (1994) e de Beijing (1995), não como observadora, e sim como uma das vozes brasileiras mais potentes na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos.

Depois de minha passagem pela FCC, reencontrei Elza em 1993, quando passei a integrar a equipe técnica da Comissão de Cidadania e Reprodução, projeto acolhido pelo Cebrap e financiado pela Fundação MacArthur. Já não era recém-chegada do mestrado, mas ainda sentia a mesma reverência por ela – e a mesma sensação de que cada frase sua trazia, além da análise, uma provocação. Era como se sua simples presença obrigasse cada uma de nós a pensar melhor, a falar com mais precisão, a rever os próprios pressupostos. Elza não estava ali para nos validar, e sim para nos desafiar: a não simplificar o que é complexo, a não esquecer que por trás dos dados há pessoas, histórias, desigualdades e decisões políticas.

Dois anos depois, em 1995, iniciei meu doutorado em demografia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) sob a responsabilidade conjunta de professores e pesquisadores do Núcleo de Estudos de

População (Nepo) da universidade – núcleo fundado por Elza em 1982 e que atualmente leva seu nome. Entrar ali foi, para mim, atravessar um umbral: eu vinha das ciências sociais, da antropologia da Universidade de Brasília (UnB), e me vi, de repente, às voltas com séries temporais, tabelas de fecundidade, regressões logísticas, razões de chances. Aprender os métodos quantitativos, a lógica dos dados, foi um desafio duro – e transformador. Ali tive aulas com Elza. Ela ensinava com o mesmo rigor com que conduzia suas pesquisas: sabia traduzir o técnico sem simplificar, desafiava sem humilhar. Formei-me doutora em demografia em 2003, e Elza integrou a banca de defesa da minha tese. Suas intervenções foram, como sempre, precisas, generosas e instigantes.

Já como pesquisadora do Cebrap, trabalhei em diversos projetos em sua companhia, coordenei tantos outros em paralelo e segui aprendendo e me surpreendendo. Na pesquisa “Comportamento sexual e percepções sobre HIV/Aids” (Bastos et al., 2008), ousada e necessária, e, sobretudo, na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS-2006) (Brasil, 2009), Elza teve um trabalho complexo de articulação entre instituições, equipes técnicas, instâncias de governo e da sociedade civil.

Durante sua atuação como presidente da CNPD, teve um papel de liderança importante ao inserir a juventude como tema prioritário da agenda populacional brasileira. Foi a partir dessa atuação que nasceram diagnósticos inéditos, seminários nacionais e os dois volumes intitulados *Jovens acontecendo nas trilhas das políticas públicas* – obras referenciais para a construção da Política Nacional de Juventude.

Nesses espaços, Elza defendia com convicção que a juventude não é apenas uma fase de transição entre a infância e a vida adulta. Ela é, sim, um tempo de conflito, de escolhas e de afirmações, que precisa ser levada a sério – tanto do ponto de vista das políticas públicas quanto da produção de conhecimento.

Mas foi em 2012 que Elza concretizou de forma mais potente essa escuta qualificada, ao conceber, em conjunto com especialistas, o projeto *Dar voz aos jovens*, realizado pelo Cebrap em parceria com a FCC, em duas edições consecutivas, nos anos de 2012 e 2013. A proposta era simples e, ao mesmo tempo, profundamente transformadora: ouvir os jovens em seus próprios termos, com as próprias palavras e linguagem – e não apenas interpretá-los a partir de categorias externas.

O projeto foi mais do que uma iniciativa metodológica inovadora: foi um gesto político. Um gesto de confiança nas juventudes.

Chegar aos cem anos é, por si só, um feito raro. Mas Elza não chegou apenas com longevidade: chegou com presença – intelectual, ética, afetiva. Continua sendo, para tantas de nós, uma referência. Uma pergunta em forma de pessoa: “É por aí mesmo que você quer ir?”.

Hoje, vejo que ela esteve presente em todas as grandes encruzilhadas da minha trajetória acadêmica. Primeiro como figura distante e reverenciada; depois, como professora exigente; mais tarde, como parceira em projetos e debates. Conforme mencionou ao ser nomeada Professora Emérita da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP), em 2017, foi naquele espaço que aprendeu a transformar a estatística em uma ferramenta a serviço da dignidade humana – foi ali que os números deixaram de ser apenas dados frios e passaram a ter alma, sentido, enfim, ganharam vida. Elza nunca parou de ensinar – mesmo quando já não ensinava formalmente. E talvez o mais bonito seja isso: ela nunca saiu de cena.

Mas Elza também ensina com o que ela é: com o modo como ocupa os espaços, com a generosidade com que distribui atenção e acolhe as pessoas, o cuidado com as palavras. Seu pensamento permanece fértil, inquieto, atual, e continua nos chamando a atenção para as questões urgentes: o racismo, a violência reprodutiva, os silêncios demográficos ainda resistentes em ser nomeados.

É uma alegria profunda – e um privilégio raro – poder escrever esta homenagem em vida. Saber que Elza poderá lê-la, sorrir, talvez discordar de uma ou outra ênfase, como sempre fez. Saber que sua voz continua entre nós, abrindo caminhos, interpelando estatísticas, escutando jovens, perguntando o que os números não dizem.

Pela imaginação e paixão, obrigada, Elza. Obrigada pela generosidade, pela ousadia, pelo rigor, pela coragem de nunca se conformar. Obrigada por seguir sendo farol e caminho.

SANDRA GARCIA [<https://orcid.org/0000-0001-8183-4637>] é doutora em demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestre em Gender and Development Studies (Estudos de Gênero e Desenvolvimento) pela University of Sussex e bacharel em antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora sênior do Cebrap, coordena o Núcleo de População e Sociedade e integra os Grupos de Trabalho “População e Gênero” e “Fecundidade, Comportamento e Saúde Sexual e Reprodutiva” da Associação Brasileira de Empresas e Pesquisa (ABEP). Exerceu a coordenação executiva da PNDS 2006 e da Pesquisa sobre Comportamento Sexual e Percepções sobre HIV/Aids (2005). Sua trajetória articula métodos quantitativos e qualitativos em estudos nacionais e multicêntricos. Atua nas áreas de gênero, sexualidade e saúde reprodutiva; juventudes, vulnerabilidades e interseccionalidades; arranjos familiares e dinâmicas sociodemográficas; tecnologias biomédicas e adiamento da reprodução; políticas públicas e direitos sexuais e reprodutivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil. Ministério da Saúde; Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. *Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006: Dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- Bastos, Francisco Inácio et al. “Comportamento sexual da população brasileira e percepções sobre HIV/Aids”. *Revista de Saúde Pública*, (Editorial), v. 42, n. 1, 2008, pp. 1-137. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102008000800001>>. Acesso em: 3/11/2025.

